

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 751.655 - SP (2015/0181894-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : RICARDO CITRINITI  
**AGRAVANTE** : IARA FERNANDES CITRINITI  
**ADVOGADO** : NELSON BALLARIN E OUTRO(S) - SP099519  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADO** : LUCIANA CAVALCANTE URZE PRADO E OUTRO(S) - SP148984

**DECISÃO**

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por RICARDO CITRINITI e OUTRO contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"REVISÃO CONTRATUAL - COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - JULGAMENTO ANTECIPADO - ADMISSIBILIDADE - CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE - PACTO DE ADESÃO PLENAMENTE VÁLIDO - AUSÊNCIA DE ONEROSIDADE NO AJUSTE - EVOLUÇÃO DO SALDO DEVEDOR DEVIDAMENTE PREVISÍVEL AO CONTRATAR - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS ADMISSÍVEL NA ESPÉCIE - LEGALIDADE DA TABELA PRICE - CONTRATUALIDADE PLENA RECONHECIDA - AUSÊNCIA DE VÍCIO DA VONTADE - IMPROCEDÊNCIA MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO."*  
(e-STJ, fl. 359)

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 420, do Código de Processo Civil/73, 53 do Código de Defesa do Consumidor. Sustenta, em síntese, isto: a) necessidade de produção de prova pericial, visto que o seu deferimento é imprescindível ao desenlace da lide; b) *"há que se entender cláusulas abusivas como sendo aquelas que estabelecem obrigações iníquas, acarretando desequilíbrio contratual entre as partes e ferindo os princípios da boa-fé e da equidade, como no caso em comento"* (e-STJ, fl. 371); c) o sistema de capitalização de juros é expressamente vedado por lei.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os*

*requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".*

A Corte local consignou que a dilação probatória pretendida era prescindível ao deslinde da questão que já se encontrava em condições para ser posta em julgamento, afirmando que, *"por exórdio, não se há de falar em cerceamento de defesa, pois que o feito estava maduro para julgamento, e desnecessárias mais provas"* (e-STJ, fl. 359).

À título elucidativo, colaciona-se o seguinte excerto da sentença:

*"O feito prescinde de dilação de provas, havendo plena convicção deste Juízo no sentido de que, para o deslinde da causa posta, há necessidade, apenas, da aferição do direito, em cotejo com os fatos noticiados, acrescidos dos documentos trazidos pelas partes, nada mais sendo necessário. Desta forma, de rigor o pronto julgamento do feito, na forma do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil."* (e-STJ, fl. 284)

No mesmo sentido do acórdão recorrido é o posicionamento jurisprudencial desta Corte de Justiça acerca do livre convencimento motivado do juiz em realizar o julgamento antecipado da lide quando compreender que as provas postuladas são inúteis ou protelatórias para a resolução da controvérsia.

Sobre o tema, colaciona-se a seguinte ementa:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO AMBIENTAL. COLÔNIA DE PESCADORES. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. JULGAMENTO ANTECIPADO. LIVRE CONVENCIMENTO. PRODUÇÃO DE PROVAS. DESNECESSIDADE. PEDIDO FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO. AFASTADO. DANO MATERIAL DEMONSTRADO. ATIVIDADE PESQUEIRA DEVIDAMENTE DEMONSTRADA. SÚMULA 7 DO STJ. DANO MORAL. MANUTENÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. SÚMULA 54 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.**

*1. A insurgência do recorrente sobre a necessidade de produção de provas, demandaria, necessariamente, no reexame do conjunto probatório, o que é vedado na instância especial, segundo dispõe a Súmula 7/STJ.*

*2. É firme o entendimento do STJ no sentido de que "o magistrado é o destinatário da prova, competindo, portanto, às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da imprescindibilidade daquelas que foram ou não produzidas, nos termos do art. 130 do CPC"*

(AgRg no AREsp 837.683/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/3/2016, DJe 30/3/2016).

3. *Desnecessidade de formação de litisconsórcio, por tratar-se de dano relacionado ao meio ambiente, sendo desnecessária a inclusão de outros entes no polo passivo. Precedentes.*

4. *Inviável a análise de eventual violação aos dispositivos legais arrolados no apelo nobre, pois da leitura do aresto recorrido, infere-se que o Tribunal de origem erigiu seu entendimento totalmente calcado nas provas dos autos, valendo-se delas para concluir pela procedência do pedido da parte agravada. Incidência da Súmula 7 do STJ.*

5. *Não estando configurado que o valor da indenização por danos morais tenha sido fixada de modo excessivo, não cabe examinar a justiça do valor fixado a tal título ante o óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.*

6. *Nos termos da Súmula 54/STJ, os juros moratórios incidem a partir do evento danoso.*

7. *Agravo interno não provido.*

(AgInt no AREsp 941.039/RJ, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 05/10/2017)

Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

O apelo não merece conhecimento no tocante à alegada infringência ao art. 53 do Código de Defesa do Consumidor, pois a parte agravante não apresentou argumentação jurídica clara e precisa apta a demonstrar como o eg. Tribunal *a quo* teria ofendido tal norma. Nesse cenário, no pertinente a tal artigo, o recurso especial apresenta deficiente fundamentação recursal. Ressalta-se que a jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a violação genérica de lei federal não enseja a abertura da via especial, aplicando-se, por analogia, o disposto na Súmula 284 do STF: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"

Nesse sentido, destacam-se os seguintes julgados:

**"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL. CITAÇÃO.**

INTIMAÇÃO. VÍCIOS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS N. 282/STF E 211/STJ. DISPOSITIVOS LEGAIS. SIMPLES MENÇÃO. SÚMULA N. 284/STF. NÃO PROVIMENTO. (...)

2. *Na instância extraordinária não se aplica o princípio segundo o qual o juiz sabe o direito, de modo que não é suficiente a simples menção a dispositivo legal sem a demonstração de sua efetiva violação, cuja falta atrai as disposições do enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 225.513/SC, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 20/10/2016, DJe 04/11/2016 - grifou-se)

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DECORRENTE DE NEGATIVAÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.*

1. *A alegação genérica de ofensa a dispositivo da lei federal, sem a demonstração, de forma clara e precisa, de que modo o acórdão recorrido o teria contrariado, atrai, por analogia, a Súmula 284 do STF.*

(...)

4. *Agravo regimental desprovido."*

(AgRg no AREsp 518.058/SP, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016 - grifou-se)

Alega a parte recorrente que é ilegal a utilização da Tabela Price, por implicar capitalização de juros. Sobre o tema, assim decidiu a Corte de origem:

*"Outrossim, É PLENAMENTE VÁLIDA a utilização da Tabela Price, de largo uso na prática comercial do País, e de validade reconhecida pelo Magnífico SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA; A Lei 9.514/97 admite expressamente a capitalização realizada, e nem se há de falar em limitação dos juros, de há muito superada a posição brandida pelo apelante." (e-STJ fl. 360)*

O entendimento acima encontra-se de acordo com a jurisprudência desta Corte Superior:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. TABELA PRICE. ANATOCISMO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. PERÍCIA. SÚMULA N. 283/STF. TUTELA DE URGÊNCIA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. DECISÃO MANTIDA.*

*1. A utilização do Sistema Francês de Amortização, Tabela Price, para o cálculo das prestações da casa própria não é ilegal e não enseja, por si só, a incidência de juros sobre juros.*

*2. Esta Corte, no julgamento de recurso submetido ao regime do art.*

*543-C do CPC/1973, assentou a impossibilidade de o STJ analisar a existência de capitalização de juros com a utilização da Tabela Price, em razão da incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (REsp n. 1.070.297/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/9/2009, DJe 18/9/2009).*

*3. A ausência de impugnação de fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo impede o conhecimento do recurso, diante da incidência da Súmula n. 283/STF.*

*4. A ausência do exame da matéria pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, incidindo a Súmula n. 211/STJ.*

*5. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 1135799/RS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 21/11/2017)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DO PES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SEGURO. APLICAÇÃO DA TABELA SUSEP. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284. APLICAÇÃO DO CDC. POSSIBILIDADE. TABELA PRICE. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA VERIFICAR A EXISTÊNCIA DE CAPITALIZAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. É inviável o recurso especial quando ausente o prequestionamento, sequer implícito, da matéria infraconstitucional suscitada.*

*2. A ausência de fundamentação e de pertinência dos dispositivos legais tidos por violados impede a abertura da instância especial, nos termos da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicável, por analogia, neste tribunal.*

*3. Aplicabilidade do CDC, que não altera as conclusões do acórdão recorrido.*

*4. A utilização do Sistema Francês de Amortização, Tabela Price, para o cálculo das prestações da casa própria não é ilegal e não*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*enseja, por si só, a incidência de juros sobre juros, sendo necessário demonstrar a existência de amortizações negativas, razão pela qual foi determinado o retorno dos autos à Corte de origem.*

*5. Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 607.833/DF, de minha Relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 24/03/2015, DJe 23/04/2015)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator